

## A MEDICALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

**Luciane Mundins Kavetzki**

Graduanda em Psicologia,  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Pauline Barbosa Matos**

Graduanda em Psicologia,  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**André Masao Peres Tokuda**

Mestre em Psicologia e Sociedade – UNESP;  
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

### Resumo

As cobranças feitas sobre as pessoas no âmbito profissional e/ou acadêmico vêm se intensificando, de maneira que muitas das vezes resulta no desequilíbrio de suas emoções, acarretando, desse modo, a manifestação de diversos transtornos psíquicos. Por esse motivo, a procura por medicamentos torna-se crescente, pois acredita-se, que a medicação seria uma das formas de amenizar o sofrimento gerado por eventos provenientes da vida de todo o ser humano. Em específico entre os universitários há porcentagem alta de consumo de psicoativos, gerando preocupação com o abuso de medicamentos prescritos e principalmente os automedicados. Com isso, o objetivo do artigo foi mapear como tem sido tratado o tema da medicalização do ensino superior, para isso utilizou-se da pesquisa bibliográfica de artigos que estavam na base de dados do Scielo. Ainda existem poucas publicações a respeito do tema no Brasil, e as pesquisas encontradas demonstram a necessidade de se falar sobre o tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** medicalização; educação; psicologia e educação.

### 1 INTRODUÇÃO

No entendimento de Collares e Moysés (1994, p. 25, grifo do autor), o “[...] termo **medicalização** refere-se ao processo de transformar questões não médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza.”.

Historicamente, Luengo (2010) afirma que o processo de medicalização associado à educação disseminou no final do século XIX, sendo defendida pela medicina uma intervenção medicamentosa a fim de mudar hábitos das crianças, tendo em vista de que modificar os adultos seria algo mais complicado, a intervenção seria uma forma pela qual o modo de vida da criança seria diferenciado da dos pais. Collares e Moysés (2013, p. 42) afirmam em obra mais recente que:

Nas sociedades ocidentais, é crescente a translocação para o campo médico de problemas inerentes à vida, com a transformação de questões

coletivas, de ordem social e política, em questões individuais, biológicas. Tratar questões sociais como se biológicas iguala o mundo da vida ao mundo da natureza. Isentam-se de responsabilidades todas as instâncias de poder, em cujas entranhas são gerados e perpetuados tais problemas.

Após a Revolução Industrial, percebe-se, que há uma amplificação, no que se refere, aos meios de produção e ao modo de produtividade imposto pela sociedade. Por essa razão, o trabalhador ficou condicionado a seguir os padrões de cunho profissional impostos pelas empresas. Constata-se, que quando o funcionário não está dentro dos padrões exigidos, seja no desempenho cognitivo comportamental, na interlocução, no desenvolvimento de metas ou na própria compostura, a probabilidade de ser isento torna-se maior. Conseqüentemente, isto repercute em um leque de sintomas negativos, provindos das apreensões e emoções do indivíduo, gerando uma série de transtornos psíquicos, que na maioria das vezes, estão associados a pressão vivenciada no ambiente de trabalho. Logo, procuram profissionais de diversos campos da saúde, na perspectiva de obter uma receita médica, acreditando que todo o sofrimento seja solucionado ou amenizado através de medicamentos.

Na sociedade atual, nota-se que o uso progressivo de medicação atinge, principalmente, o público universitário, em razão, das variadas formas de pressão que lhes são cobradas constantemente. Vale ressaltar que não só na vida acadêmica, mas, pessoal, profissional e familiar, com isso, os acadêmicos buscam meios alternativos, a fim de alcançar uma resolução em torno da adversidade.

A busca incessante por medicamentos que auxiliem nos distúrbios de aprendizagem, tem tornado o debate sobre medicalização no ensino cada vez mais patente. Medicamentos que prometem consertar um problema levam ao aumento abusivo no consumo, com isso se faz necessário mais discussões a respeito do assunto.

## **2 OBJETIVOS**

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma realidade polêmica no meio acadêmico que por sua vez tem sido pouco conhecida e explorada. Buscou-se expor sobre a medicalização do ensino superior, problematizando o uso abusivo de medicamentos para conseguir lidar com as pressões da vida pessoal e acadêmica.

### 3 MATERIAL E MÉTODOS

Como método utilizou-se a pesquisa bibliográfica de artigos que constavam na base de dados das plataformas BVS-Psi e Scielo, utilizando como descritores – medicalização educação, patologização ensino e medicalização. Foram consultados trabalhos que abordavam a questão da medicalização do ensino, publicados entre os anos de 2013-2018.

### 4 MEDICALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O período da industrialização, que ocorreu no século XVIII, teve como finalidade a modificação da mão-de-obra operária para o uso das máquinas, momento este, que revolucionou o mundo, colocando um marco final na história do Feudalismo, e promovendo, a eventual abertura ao sistema capitalista.

Com a implantação do capitalismo (sistema econômico que rege a sociedade atual), emergiram novos meios de produção, visto que, o sistema econômico a base de troca que representava a época do Feudalismo, é substituído pela venda da mão-de-obra do proletário/trabalhador, época que representou o início do capitalismo. Ou seja, com a introdução desse sistema, os trabalhadores passam a ser assalariados, sempre visando o lucro aos capitalistas.

Perante, a necessidade de se produzir constantemente, as indústrias de produção ganham seu espaço nas cidades e o trabalho manual decai bruscamente. É relevante destacar também o elevado número de pessoas que mudaram para as cidades industriais, agregando populações de diferentes localidades. Desta forma, surgiram novos métodos de referência de produtividade, a fim de, organizar a progressividade das empresas, sendo: taylorismo, fordismo e o toyotismo. Isso solicitou ainda mais dos trabalhadores, posto que, cada requisito propunha da força física e do conhecimento destes, para poderem continuar atuantes nos serviços que as empresas forneciam. Consequente, a saúde tanto física quanto psicológica começa a ser comprometida pelo desgaste do trabalho.

De acordo com estudos realizados, o nível de estresse no ambiente de trabalho está relacionado com a pressão sofrida pelos trabalhadores e a falta de controle e delegação que estes possuem em suas atividades, potencializando o risco à saúde psíquica do sujeito. (CHIRKOV; RYAN; CHELSEA, 2005 apud ROHM; LOPES, 2015).

Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que a sociedade atual é movida pelo trabalho, assim, como foi na época da Revolução Industrial, já que a atividade laboral tornou-se uma das linhas do processo de subjetivação, sendo importante para formação identitária do ser humano. Em virtude disso, é visível a vida corrida do trabalhador, muitas das vezes, deixam sua vida familiar, particular e social, para viver em função da profissão, sempre buscando reconhecimento, para então, satisfazer sua auto realização e da empresa a qual presta seus serviços (ROHM; LOPES, 2015).

A vida cotidiana do sujeito, em geral, é destinada ao seu trabalho. Porém, nem sempre, o ambiente profissional é propício de características que visam fornecer o bem-estar individual e coletivo, uma vez que as empresas abrangem equipes heterogêneas de servidores, nas quais, certamente, existem variadas formas de competitividade com o outro, pendendo sempre a obtenção de sucesso particular, reproduzindo, assim, um ambiente divergente. Para isso, os funcionários devem estar estritamente encaixados as características padrões que as empresas impõem. Isto requer: responsabilidade, criatividade, agilidade, competência, entre outros coeficientes. Caso, não estiver incluso neste paradigma, suas chances de ser isento tornam-se maiores. Entretanto, isto pode gerar um conjunto de preocupações, que o faz sentir-se hesitado com o seu próprio “eu”, por não conseguir obter um resultado satisfatório na sua respectiva função, provocando, desse modo, questionamentos sobre sua identidade, fatores estes, que contribuem para uma crise existencial. Portanto, deve-se levar em consideração, que os elementos mencionados acima, propiciam uma gama de sentimentos que ocasionam o adoecimento físico e psíquico do indivíduo. Constata-se o surgimento de variados transtornos, dentre eles podemos destacar os principais, como: crises de ansiedade, depressão e transtorno do pânico (PINTOR, 2010).

Na área da educação, não é diferente, dado que, os estudantes encontram desafios constantes, seja na escola ou na universidade. No ensino superior, os estudantes vêm sendo cobrados de diversas maneiras, no que se refere, a produtividade de aprendizagem, em razão disso, emerge: responsabilidade, comprometimento, dedicação, entre outros determinantes que contribuem para sua eficiência tanto no comportamento quanto ao aprendizado (CALADO, 2014). Entretanto, com as demandas requeridas, por parte da universidade e vida pessoal,

contribuem para o aparecimento transtornos mentais, como exemplo, depressão, ansiedade e fobias (BOTTI et al., 2010).

Atualmente, os transtornos mentais mostram-se com notável progresso, principalmente, ao público de crianças e adolescentes, devido, a disfunção, no que concerne à aprendizagem e ao comportamento, sendo que os diagnósticos são assuntos discutíveis quanto à origem destes transtornos. É perceptível, que muitas escolas não observam o coletivo acerca do indivíduo, que supostamente aparenta algum transtorno, apenas, direcionam seu campo de visão para o suspeito. Desse modo, a instituição de ensino passa a ser considerada como principal causador de disfunção, quanto ao ensino-aprendizagem (BELTRAME; BOARINI, 2013).

O ambiente escolar, na maioria das vezes, não tem preparo e assistência para atender a esta demanda, com isso, fazem o encaminhamento para instituições especializadas, dentre elas, se introduz, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Por isso, pais e educadores procuram meios que sejam mais eficazes, que estejam fora do âmbito educacional (BELTRAME; BOARINI, 2013). Vale destacar que os casos mais comuns de encaminhamento para o CAPS são de crianças com suspeita de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e o transtorno opositor desafiador (TOD) (MEIRA, 2012).

O CAPS, via de regra, é incluso nessa situação por disponibilizar a medicação. A escola é responsável por fazer o encaminhamento do aluno, este realiza diversos exames, passa por consultas, e muitas vezes é diagnosticado com transtornos psicológicos. Conseqüentemente, é elaborado o prontuário de medicamentos (BELTRAME; BOARINI, 2013).

A medicação seria uma maneira prática e rápida, já que, a sociedade não soluciona os problemas em torno da educação, apenas, busca formas de amenizá-los. Em consequência disto, a indústria farmacêutica se beneficia de maneira vantajosa, já que ao fornecer estes medicamentos, está propiciando também o próprio lucro (BELTRAME; BOARINI, 2013).

As substâncias psicoativas são drogas que têm sua ação no sistema nervoso central (SNC) de modo a provocar alterações na consciência, na cognição, no comportamento e no humor do indivíduo (PICOLOTTO et al., 2010). Devido principalmente ao seu local de ação, os psicotrópicos, classe das substâncias psicoativas, têm alto potencial de gerar dependência física ou psíquica (LOPES;

GRIGOLETO, 2011).

Em se tratando da vida acadêmica dos indivíduos é possível concluir que a entrada em uma universidade trás às pessoas uma mistura de sentimentos que podem ser positivos, quando se trata de uma conquista, mas também podem ser críticos, quando levamos em conta toda a pressão psicológica exercida sobre o indivíduo que se encontra nessa fase (BOTTI et al., 2010).

O uso de psicoativos tem se tornado uma prática habitual, é reconhecido como um problema de saúde pública mundial em diferentes segmentos populacionais, principalmente em universitários que buscam o uso de medicamentos como solução para um maior desempenho cognitivo. Entende-se que substâncias psicoestimulantes são aquelas com capacidade de aumentar o estado de alerta e a motivação, além de possuírem propriedades antidepressivas, de melhora no humor e no desempenho cognitivo. Por esse motivo, muitos estudantes fazem consumo indiscriminado dessas substâncias. Outros motivos apresentados nos artigos investigados, além do desempenho acadêmico, o uso de substâncias psicoativas (SPAs) servem como diversão, fuga da realidade, válvula de escape e consumo específico para estimulante (cafeína, energético, anfetamina, metilfenidato, ecstasy) e os motivos são para a função de manter desperto, compensar a privação do sono e melhorar o raciocínio, atenção e memória (BOUTREL; KOOB, 2004).

Restringindo ainda mais esse público, levando em conta os estudantes da área da saúde, observa-se que o conteúdo ministrado em aulas curriculares, acerca dos efeitos adversos das drogas psicotrópicas não têm sido suficiente para que os estudantes possam manter distância do uso dessas substâncias (PICOLOTTO et al., 2010).

O Decreto nº 79.388, de 14 de março de 1977, rege os entornos de substâncias psicotrópicas, com o objetivo de minimizar o uso de forma errada, promover à saúde e o bem estar da humanidade, mostrando sobre os riscos acerca das substâncias e o controle que deve existir em torno da sua utilização e comercialização. Ainda com a existência de leis é insuficiente o controle, pois que existem ainda formas para que os estudantes tenham acesso (LOPES; GRIGOLETO, 2011).

Segundo Picolotto et al. (2010), entre as substâncias psicoativas mais utilizadas por estudantes estão álcool, tabaco, substâncias estimulantes,

benzodiazepínicos e maconha. O uso se encontra atrelado à necessidade de relaxar, esquecer-se das dificuldades encontradas na vida acadêmicas e até mesmo para manterem-se acordados, estudando para provas.

Ainda em se tratando dos estudantes, existem de fato aqueles que desencadeiam reais distúrbios psicológicos como ansiedade e depressão. Para esse fim, os benzodiazepínicos estão entre os mais prescritos e indicados em todo o mundo. A preocupação relacionada ao seu uso, mesmo que prescrito, decorre do seu potencial de causar dependência, sedação, abstinência, tolerância e ainda gerar prejuízos psicomotores. Além disso, ainda existe a possibilidade de interação com outras substâncias que agem no SNC, como o álcool. Dentre os ansiolíticos mais usados, destacam-se o Diazepam e Clonazepam (MARCHI et al., 2013).

Segundo o Ministério da Educação, o Brasil conta com mais de 7,5 milhões de estudantes universitários, distribuídos em, aproximadamente, 2.400 instituições. Em uma pesquisa realizada nas 27 capitais brasileiras, 49% dos 12.711 universitários participantes já haviam experimentado alguma droga ilícita pelo menos uma vez na vida. Além disso, 22,8% (quase 12 milhões de pessoas) de toda a população brasileira, dos 12-65 anos, já fez uso de SPAs, desconsiderando-se álcool e tabaco, com a frequência de uso maior entre a população universitária quando comparada à população geral. Outro estudo realizado no Estado de São Paulo observou que a frequência de uso de substâncias lícitas e ilícitas pela classe universitária no Brasil é maior do que pela população geral brasileira entre 18 e 24 anos. A prevalência do uso de álcool, por exemplo, foi de 78,6% na população geral contra 89,3% entre universitários (BALLESTER et al., 2017).

Em uma pesquisa feita com estudantes da FURG/RS, a prevalência de uso de substâncias estimulantes na vida foi de 57,5%, sendo que 51,3% começaram a usá-las durante a faculdade. O uso de psicoestimulantes no momento da pesquisa teve prevalência de 52,3%, valendo destacar que 16,6% consumiam mais de uma substância. As mais consumidas eram bebidas energéticas (38,0%) e cafeína mais de cinco vezes por semana (27,0%). O consumo de estimulantes foi maior entre os estudantes das séries iniciais do curso. Os principais motivos alegados para o consumo foram compensar a privação de sono (47,4%) e melhorar raciocínio, atenção e/ou memória (31,6%). Em relação aos efeitos percebidos, 81,2% relataram redução do sono, 70,8% perceberam melhora na concentração, 58,0%, 56,1% e

54,0% reportaram, respectivamente, redução da fadiga, melhora no raciocínio e melhora do bem-estar (MORGAN et al., 2017).

Outra pesquisa feita por universitárias de Campos dos Goytacazes, RJ, apresentou o grande índice de estudantes que fazem o uso de metilfenidato (ritalina), que é um estimulante do SNC utilizado no TDAH em crianças, sendo um medicamento sujeito a controle especial pela Portaria 344/98 (ANVISA, 2013). O metilfenidato possui potentes efeitos agonistas sobre os receptores alfa e beta adrenérgico. O fármaco eleva o nível de alerta do SNC. Incrementa os mecanismos excitatórios do cérebro. Isto resulta numa melhor concentração, coordenação motora e controle dos impulsos, é classificado como droga psicotrópica. O Metilfenidato é uma substância do grupo das anfetaminas e é importante ressaltar que as anfetaminas são consideradas drogas de abuso e a probabilidade de dependência a este tipo de drogas é considerada forte (CAETANO, 2011). A conscientização dos universitários que fazem a utilização do metilfenidato sem prescrição é de grande importância, pois, muitas vezes, eles visam aos benefícios e esquecem os malefícios que tal automedicação pode trazer, visto que o metilfenidato é uma anfetamina, com efeitos colaterais como, por exemplo, taquicardia e insônia (MOTA; PESSANHA, 2014).

Para alcançar as amostras, 50% dos entrevistados foram do curso de medicina e 50% do curso de farmácia. 65% dos entrevistados foram do sexo feminino e 35% do sexo masculino. 60% dos universitários têm entre 21-25 anos, 34% têm idade entre 18-20 anos, 4,6% têm de 26-30 anos e 1,4% têm idade acima de 30 anos. Sessenta por cento dos universitários responderam que já utilizaram o metilfenidato durante a faculdade, enquanto 40% relataram nunca terem utilizado o medicamento. Dos universitários que afirmam que já utilizaram o fármaco, 51% pertencem ao curso de medicina e 49% cursam farmácia. Apenas 9% alegam terem conhecido o medicamento através de médicos, 2% por familiares, 10% por farmacêuticos 33% amigos e 46% colegas da faculdade. Em 93,4% dos casos, os universitários começaram a utilizar o metilfenidato após o ingresso na universidade e 6,6% relataram já ter utilizado antes. 79% dos alunos adquiriram o medicamento em drogaria e 87% fez aquisição do medicamento sem receita (MOTA; PESSANHA, 2014).

A pesquisa demonstrou uma prevalência de 60% do uso de metilfenidato na

amostra estudada nos universitários de Campos dos Goytacazes, sendo 51% universitários de medicina e 49% universitários de farmácia. Um estudo realizado em diversos campi universitários em São Paulo, mostrou que dos estudantes universitários entrevistados 44,1% já haviam utilizado metilfenidato em algum momento da vida (PASQUINI, 2013).

O estudo que tem como título “Medicalização e educação: análise de processos de atendimento em queixa escolar”, tendo como autoras Mariana Dias Benedetti, Danielle Miriam Marques de Moura Bezerra, Maria Carolina Guimarães Telles e Luís Antônio Gomes de Lima foi publicado na revista *Abrapee*, no primeiro semestre de 2018. O trabalho teve como objetivo, a realização de pesquisa de análise de prontuários os quais constituíssem o uso de medicamentos pelo público infanto-juvenil, num serviço “clínica-escola” de Psicologia, em São Paulo, durante o período de quatro anos. Dentre os 43 prontuários analisados, 2 constavam a ingestão de medicamentos por crianças e adolescentes, um equivalente ao ano de 2011, e o outro ao ano de 2014. Nota-se, que os dois prontuários foram identificados com informações em comum, no que diz respeito, ao Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), ao uso de Metilfenidato (Ritalina). É relevante destacar também que ambos tem pontos em comum, no que se refere: a postura da família com a criança medicalizada e a medicina como propiciadora da cura. O primeiro ponto mencionado aponta que a família tem uma ampla visão de benefícios que o medicamento proporciona à criança, sem se ater ao resultado do diagnóstico e aos malefícios que o mesmo provoca a saúde do indivíduo. O segundo ponto apresenta à busca pela cura desses transtornos com o uso de remédios controlados, bem como a medicina propõe, pois presume-se, que os medicamentos conduzem para a obtenção de um melhor rendimento escolar, todavia, o uso de ritalina receitado em casos de TDAH, pode durar uma vida inteira ou boa parte dela, por essa razão, os efeitos colaterais ao organismo são de nível crescente. O estudo questiona o número de prontuários diagnosticados, pois acredita que seja um número reduzido, em vista da alta demanda de formulários de metilfenidato, na atualidade (BENEDETTI et al., 2018).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conquista de um diploma acadêmico tem sido cada vez mais almejada,

considerando que uma formação, em qualquer curso, requer muita dedicação e empenho. Levando em conta a rotina de um estudante, existe uma grande vulnerabilidade para o início de uso de psicoativos. Os limites do corpo se torna uma barreira, um desafio diante da vida acadêmica e qualquer solução seja ela lícita, ilícita, saudável ou tóxica, está em alternativa. Não podemos desconsiderar que umas das motivações para o uso de estimulantes entre universitários são a busca de diversão e prazer, o que torna altamente preocupante o uso de estimulantes lícitos que acabam formando dependentes não somente na fase acadêmica, mas por toda a vida. Por outro lado, os estudantes consentem que a ingestão de qualquer substância psicoativa ou psicoestimulante, venha colaborar, de certo modo, no processo de aprendizagem, fazendo com que os mantenham despertados do sono, por um longo período de tempo, para então, conseguirem melhor rendimento nos estudos, atingindo um resultado satisfatório em suas notas. Contudo, não se conscientizam dos efeitos colaterais e prejudiciais que estas drogas viabilizam à saúde.

## REFERÊNCIAS

BELTRAME, M. M; BOARINI, M. L. Saúde mental e infância: reflexões sobre a demanda de um CAPSi. *Psicologia: ciência e profissão*, Paraná, v. 33, n. 2, p. 336-349, 2013.

BENEDETTI, M. D. et al. Medicalização e educação: análise de processos de atendimento em queixa escolar. *Revista Abrapee*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 73-81, 2018.

BOTTI, N. C. L.; LIMA, A. F. D.; SIMÕES, W. M. B. Uso de substâncias psicoativas entre acadêmicos de enfermagem da Universidade Católica de Minas Gerais. *SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (ed.port.)*, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, 2010.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L.. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (a patologização da educação). *Série Ideias*, São Paulo, n. 23, 1994.

COLLARES, C. et al. Medicalização: o obscurantismo reiventado. In: *Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos: memórias do II Seminário internacional educação medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos*, Campinas-São Paulo, 2013.

FERNANDES, T, et al. Uso de substâncias psicoativas entre universitários brasileiros: perfil epidemiológico, contextos de uso e limitações metodológicas dos estudos. Cadernos Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 25, n. 4 Out./Dez. 2017.

LEONARDO, N. S. T. Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores. Fractal: Revista de Psicologia, Maringá, v. 28, n. 1, p. 46-54, 2016.

LOPES, L. M. B.; GRIGOLETO, A. R. L. Uso consciente de psicotrópicos: responsabilidade dos profissionais da saúde. Brazilian Journal of Health v. 2, n. 1, p. 1-14, Jan./Abr. 2011.

LUENGO, F. C. A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MARCHI, K. C. et al. Ansiedade e consumo de ansiolíticos entre estudantes de enfermagem de uma universidade pública. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 15, n. 3, 2013.

MORGAN, H. et al. Consumo de Estimulantes Cerebrais por Estudantes de Medicina de uma Universidade do Extremo Sul do Brasil: Prevalência, Motivação e Efeitos Percebidos. Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, Jan./Mar. 2017.

MOTA, J; PESSANHA, F. Prevalência do uso de metilfenidato por universitários de Campos dos Goytacazes, RJ. Vértices. v. 16, n. 1, p. 77-86, Jan./Abr. 2014.

PICOLOTTO, E. et al. Prevalência e fatores associados com o consumo de substâncias psicoativas por acadêmicos de enfermagem da Universidade de Passo Fundo. Ciência & Saúde Coletiva, Passo Fundo, v. 15, n. 3, p. 645-654, 2010.

PINTOR, E. A. S. Sofrimento mental em vendedores na grande São Paulo: a destituição do ser pela organização do trabalho. Revista Brasileira de Saúde ocupacional, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 277-288, 2010.

ROHM, R; LOPES, N. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. Cadernos EBAPE. BR, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 332-345, 2015.

SOUSA, P. et al. Paradigma biomédico x psicossocial: onde são ancoradas as representações sociais acerca do sofrimento psíquico?. Trends Psychol. Ribeirão Preto, v. 26, n. 2, Abr./Jun. 2018.